

4. O conceito de sociedade civil

“Sociedade civil, um dos conceitos mais citados e, ao mesmo tempo, mais obscuros da teoria política contemporânea”.
Paulo Sérgio Pinheiro

4.1. Introdução

Qualquer leitura minimamente atenta nota a diversidade de significados que carrega a expressão “sociedade civil”. Muitas das vezes tal diversidade se expressa em uma profunda contradição, o que acarreta em conseqüências políticas das mais distintas nuanças. Além disso, é possível perceber que tal conceito tem uma longa e tortuosa história no campo das idéias políticas – remontando ao início da modernidade e apresentando distintos significados dependendo das posições teóricas, do contexto histórico e da forma de autoridade política no período em questão. Em suma, a sociedade civil tem sido vista como “(...) *uma esfera não-estatal, antiestatal, pós-estatal e até supra-estatal*” (Gómez, 2003:11). Se já não bastasse tal variada gama de significados, vê-se também que nos últimos anos os entendimentos acerca da sociedade civil têm se complexificado de maneira homérica, dada a intensificação dos processos de globalização – vide, neste caso, as teorizações acerca da existência de uma sociedade civil internacional ou global⁵⁸.

Ora, conforme visto anteriormente, nenhuma definição é neutra. Na verdade, toda definição conceitual é relativa e contingente e, desta forma, um reflexo de um momento histórico, de um ambiente cultural, de uma localização geográfica, de um *status* social, de uma personalidade individual e, finalmente, de um comprometimento político (Scholte, 2002b). Além disso, se uma definição de um conceito central – como por exemplo o conceito de sociedade civil – for incerta, então todo o conhecimento que for construído sobre esse conceito

⁵⁸ Ver Lipschutz, 1992; Kenny, 2003; Peterson, 1992; Cox, 1999; Colás, 2002; Shaw, 1992; Ghils, 1992; Keane, 2003 e Kaldor, 2003, para alguns exemplos.

provavelmente também será débil e, conseqüentemente, as políticas construídas com base em tal conhecimento poderão ser equivocadas. O desafio que se coloca, então, é o de se buscar uma definição crítica de tal conceito a fim não só de melhor entender a realidade contemporânea mas também de se buscar sua transformação.

Destarte, com base no que foi exposto acima, o presente capítulo visa dar uma introdução ao conceito de sociedade civil bem como apontar aquelas que seriam, hodiernamente, quatro das principais matrizes teóricas que lidam com este conceito. Para tal empreitada, buscar-se-á, em primeiro lugar, apresentar uma breve introdução histórica do conceito de sociedade civil. Em segundo lugar, serão apresentadas as quatro matrizes teóricas que se destacam contemporaneamente: neotocquevilliana, neoliberal, habermasiana, e gramsciana. Por fim, buscar-se-á apontar algumas das vantagens e desvantagens de cada uma das matrizes teóricas apresentadas. Em suma, dado que o conceito de sociedade civil se refere a agentes políticos fundamentais da política mundial, faz-se necessário um esclarecimento conceitual que contribua na “(...) *análise científica e na práxis política*” (Sakamoto, 1997:209).

4.2.

Sociedade civil: Uma breve introdução histórica

Seguramente, é possível afirmar que “sociedade civil” é um dos conceitos da teoria política clássica mais usados no discurso social e político contemporâneo. Inúmeras classificações têm sido feitas por vários autores⁵⁹ e, desde sua recuperação no período medieval através da tradução da *Política* de Aristóteles (*koinonia politike* para *societas civilis*) por William von Moerbeke, o conceito tem sido reformulado por quase todos os filósofos políticos ocidentais significativos, passando por Hobbes, Locke, Rousseau, Ferguson, Smith, Kant, Hegel, Tocqueville, Marx, Gramsci e, contemporaneamente, Arato & Cohen. Na verdade, se visto de uma perspectiva histórica, notar-se-á que o conceito de sociedade civil, que para Hobbes, Locke, Rousseau e Ferguson, por exemplo, era sinônimo de Estado – em oposição ao “estado de natureza” –, passa a ser visto,

⁵⁹ De acordo com Lavallo (Lavallo, 1999), há três famílias de argumentos acerca da sociedade civil: 1) família jusnaturalista; 2) família ligada a Hegel; 3) família ligada ao associativismo. Ver também Bobbio, 1987a. Para uma classificação alternativa, ver Kaldor, 2003.

com a noção neoliberal contemporânea, em oposição ao Estado – ou seja, o reino da eficiência frente à ineficiência que é inerente à intervenção estatal.

Inicialmente, o conceito de sociedade civil era visto como sinônimo de Estado, como uma comunidade política enraizada nos princípios da cidadania. Neste sentido, é possível notar que, até o século XVIII a preocupação comum dos teóricos – como Hobbes, Locke, Rousseau, Ferguson, Smith, Montesquieu e Hume por exemplo – era a de examinar as condições sob as quais os seres humanos poderiam escapar do Estado de natureza e entrar em uma forma contratual de governo baseada na regra da lei, isto é, em uma sociedade civil. Destarte, um componente essencial desse uso do termo sociedade civil era seu contraste com um estado de natureza imaginário. Ou seja, o termo sociedade civil denotaria um novo estágio na evolução do governo e da civilidade humana⁶⁰: “*a idéia de um estágio pré-estatal da humanidade inspira-se não tanto na antítese sociedade/Estado quanto na antítese natureza/civilização*” (Bobbio, 1987b:27)⁶¹.

Thomas Hobbes foi, provavelmente, o primeiro dentre os filósofos políticos modernos a colocar a questão das origens da sociedade de uma forma sistemática. Na verdade, era essencial para seu argumento estabelecer uma distinção – ou quiçá uma oposição – entre o estado de natureza e a sociedade civil a fim de justificar sua defesa do “Leviatã” como expressão da livre associação entre homens racionais. Na verdade, o próprio Hobbes deixa explícito este ponto quando, no capítulo 17 do “Leviatã”, afirma que o acordo entre os animais é algo natural ao passo que o acordo entre os homens é algo necessariamente artificial.

A formulação do conceito de sociedade civil dada por Hobbes influenciou muito os teóricos seguintes, como Locke e Rousseau. Na verdade, embora

⁶⁰ Para estes autores, o termo sociedade civil era intimamente relacionado ao termo civilidade, isto é, “*respeito pela autonomia individual, baseada na segurança e na confiança entre as pessoas (...). (Civilidade) requeria regularidade de comportamento, regras de conduta, respeito pela lei, e controle da violência. Assim, uma sociedade civil era sinônimo de sociedade cortês, uma sociedade na qual estranhos agem de uma maneira civilizada com relação aos outros, tratando cada um com respeito mútuo, tolerância e confiança, uma sociedade na qual o debate racional e a discussão se tornam possíveis*” (Kaldor, 2003:17).

⁶¹ De acordo com Bobbio seria possível notar um processo de racionalização do Estado na teoria política moderna que partiria de um modelo dicotômico que contrapõe o Estado enquanto momento positivo à sociedade pré-estatal ou anti-estatal, como momento negativo. Dentro desse modelo, seria possível distinguir três variantes principais: 1) o Estado como negação radical e, portanto, como eliminação e inversão do Estado de natureza (modelo Hobbes-Rousseau); 2) o Estado como conservação-regulamentação da sociedade natural e, portanto, não mais como alternativa mas como aperfeiçoamento da fase que o precede (modelo Locke-Kant); 3) o Estado como conservação e superação da sociedade pré-estatal. Neste sentido, o Estado não um mero

chegando a conclusões distintas, ambos os três mantêm o indivíduo abstrato e o estado de natureza imaginário como pedras fundamentais da definição de sociedade civil. Desta forma, pode-se dizer que o trabalho de Locke e de Rousseau seria uma elaboração da versão hobbesiana de sociedade civil (Colás, 2002). Todavia, a despeito dos pontos comuns, há um ponto crucial que diferencia Hobbes dos outros autores supracitados, a saber, o papel da propriedade privada no desenvolvimento da sociedade civil. Rousseau afirma que

“o primeiro homem que, tendo cercado um pedaço de terra, (...) dizendo ‘isto é meu’ e encontrando pessoas simples o bastante para acreditar nele, foi o fundador real da sociedade civil” (Rousseau apud Colás, 2002:32).

Locke, por sua vez, apresenta uma visão de sociedade civil marcada por ambigüidades com relação ao lugar da propriedade privada na gênese e no desenvolvimento da sociedade civil⁶². Tais discrepâncias levaram C. B. Macpherson a ver Locke como um teórico político do “individualismo possessivo” (Colás, 2002). Na verdade, o relacionamento de Locke com a propriedade privada aponta para outro fato, a saber, a relação deste autor com uma sociedade que começa a ser transformada pelo capitalismo agrário, mudanças estas que se encontram expressas em seu pensamento. É importante destacar que foi precisamente esta transformação social que encorajou a identificação da sociedade civil com a categoria analítica e prática da economia nas décadas seguintes. Por volta do final do século XVIII, a associação da sociedade civil com a sociedade capitalista de mercado foi acompanhada pela emergência da economia política. De maneira mais específica, através dos escritos de Adam Ferguson, Adam Smith e Karl Marx a sociedade civil se tornou intimamente ligada à divisão do trabalho, à produção em massa das *commodities* e à extensão das relações de propriedade privada características do capitalismo moderno.

No tocante à abordagem da idéia de sociedade civil pelo Iluminismo Escocês – Ferguson e Smith, por exemplo –, nota-se um sentido bem particular com relação ao significado de conceitos como história, civilidade e sociedade. Em primeiro lugar, cumpre destacar a crença destes autores na idéia de sociabilidade

aperfeiçoamento mas algo novo que, por outro lado, não representa uma negação absoluta da fase precedente (Hegel). Para maiores detalhes, ver Bobbio, 1987b.

⁶² “Foi Locke o primeiro a introduzir a noção de propriedade privada como uma condição para a sociedade civil” (Kaldor, 2003:18). Para uma análise mais detalhada de Locke ver Seligman, 2002.

inerente ao ser humano. Neste sentido, Ferguson e Smith endossam a idéia de Montesquieu segundo a qual “*os homens nascem em sociedade (...)*” (Montesquieu *apud* Colás, 2002:35). A questão então deixa de ser a sociabilidade e passa a ser porquê e como as sociedades se diferem no tempo e no espaço.

Para responder tais perguntas esses autores adotam uma distinta filosofia da história, vendo assim a história como uma progressão da humanidade através de vários estágios – o que diferenciaria as formas prévias de sociedade da sociedade civil moderna. Ou seja, para que fosse possível explicar a sociedade presente, fazia-se necessário examinar sua evolução, imputando assim uma lógica ou dinâmica particular à história. Mas o que acionaria essa lógica ou dinâmica? Para Ferguson, o motor da mudança histórica seria a propriedade: “*parece evidente que o progresso é uma questão de propriedade (...) ela é na realidade a principal distinção das nações em estado avançado de arte mecânica*” (Ferguson *apud* Colás, 2002:36). Em suma, seria apenas através do modo de subsistência caracterizado pela propriedade privada, pela divisão do trabalho e pela troca de *commodities* que as pessoas passariam a viver em uma sociedade civil.

Nota-se, assim, que os autores do Iluminismo Escocês identificavam a sociedade civil com a sociedade de mercado capitalista. Para estes autores, somente a divisão do trabalho e a extensão do comércio poderiam gerar estabilidade e prosperidade, características fundamentais da sociedade civil. Ou seja, o Iluminismo Escocês representou o ápice de uma mudança gradual do entendimento político para o entendimento econômico da sociedade civil.

Apesar de ser um autor controverso cuja teoria da sociedade civil é um amálgama original de reflexões prévias sobre este tema a partir de fontes tão diversas quanto o republicanismo antigo e a economia política iluminista, Hegel é outro autor relevante para a presente discussão. De acordo com este autor, a sociedade civil (*bürgerliche Gesellschaft*) era constituída por associações, comunidades e corporações que teriam um papel normativo e sociológico fundamental na relação entre os indivíduos e o Estado. Neste sentido, a esfera distinta da sociedade civil – embora de certa forma subordinada ao interesse universal do Estado racional – é reconhecido por Hegel como tendo uma importante função dentro do projeto de uma Vida Ética.

De maneira mais específica, Hegel identificava a sociedade civil como um espaço historicamente concreto de interação social entre indivíduos. Tal interação

era condicionada por três elementos: um “sistema de necessidades” – ou de maneira mais ampla, a economia –; uma “administração da justiça” que protege a propriedade como a fonte da liberdade individual; e “a polícia e a corporação” como reguladores das duas esferas precedentes. Nota-se, aqui, a relação de Hegel com seus predecessores: o conceito de “sistema de necessidades” é tirado diretamente dos economistas políticos escoceses; a ênfase hegeliana na idéia de que a sociedade civil é habitada por indivíduos detentores de direitos se remete à formulação lockeana; e a noção de que a sociedade civil é um produto de uma época histórica distinta é compartilhada pelos iluministas. A singularidade de Hegel repousa no fato deste reconhecer o papel desempenhado pelas organizações sociais – corporações, associações e comunidades da sociedade civil – na mediação do relacionamento político entre o indivíduo e o Estado (Colás, 2002).

Tal reconhecimento do papel das associações e organizações intermediárias deve necessariamente ser visto dentro do contexto do projeto normativo de Hegel. Na verdade, um dos propósitos desse autor era o de apresentar uma alternativa política e ética à crescente alienação individual imposta pela sociedade moderna: se por um lado Hegel reconhece as realizações da moralidade moderna – embasada na racionalidade universal e no seu respeito à consciência individual –, por outro crê que a moralidade só faz sentido dentro de uma comunidade, através do envolvimento dos indivíduos na vida pública. É neste sentido que os elementos associativos da sociedade civil assumem um papel tanto representativo quanto ético: integrando os indivíduos em uma comunidade mais ampla e educando-os nas virtudes da vida cívica.

Em suma, é possível identificar duas inovações na teoria da sociedade civil de Hegel: primeiro, o reconhecimento da importância das associações independentes como componentes fundamentais da sociedade civil que desempenham o papel de mediadoras entre os indivíduos e o Estado – ou seja, em Hegel “*a sociedade civil constitui o momento intermediário entre a família e o Estado (...)*” (Bobbio, 1987b:30); segundo, devido à importância que dá às dimensões comunais da existência humana, o conceito hegeliano de sociedade civil reconhece a centralidade dos indivíduos conscientes e reflexivos na construção da sociedade civil moderna (Colás, 2002). Além disso, nota-se também uma inovação em relação às teorizações anteriores na medida em que Hegel chama de sociedade civil aquela que seria a sociedade pré-política, isto é, a fase

da sociedade humana que era até então chamada de sociedade natural (Bobbio, 1987b).

Cumprido oportuno neste ponto fazer menção a Alexis de Tocqueville. Embora este autor não faça uso do termo sociedade civil, sua contribuição é deveras relevante em função da importância atribuída por este ao associativismo e à auto-organização, o que influenciou muito do pensamento contemporâneo. Em seu estudo acerca da democracia nos Estados Unidos, Tocqueville argumenta que a garantia das liberdades individuais era encontrada naquilo que ele chamava de meios democráticos⁶³, que incluíam auto-governo local, separação entre Igreja e Estado, imprensa livre, eleições indiretas, judiciário independente e, acima de tudo, uma “vida associacional”. Nos Estados Unidos, ele ficou deveras impressionado pela extensão das associações na vida civil e desenvolveu o argumento segundo o qual aquelas associações eram uma condição para a liberdade e a igualdade. Na medida em que o Estado se apodera de um número cada vez maior de atividades da vida diária, na medida em que a divisão do trabalho se torna cada vez mais complexa, e na medida em que as demandas pela redistribuição de riqueza aumente, faz-se necessário um setor voluntário ativo que faça frente ao poder estatal (Kaldor, 2003:20).

No tocante à contribuição de Karl Marx para o entendimento da idéia de sociedade civil, nota-se que se trata por um lado de uma resposta à Hegel e por outro de uma interpretação deveras influenciada pelos teóricos políticos do Iluminismo Escocês. Isso fica claro quando consideramos dois elementos básicos da visão de sociedade civil de Marx: a associação desta com a esfera de produção e seu caráter histórico como limiar da modernidade.

Marx define a sociedade civil acima de tudo como a arena da luta de classes. Seguindo a formulação hegeliana de sociedade civil como um “sistema de necessidades”, para Marx a sociedade civil consiste de massas separadas cuja formação é fortuita e não remonta a uma organização. Essas “massas separadas” são definidas em relação à esfera produtiva. Desta forma, vê-se que Marx busca destacar como as relações sociais de poder sob a sociedade civil são definidas pela emergência de duas classes antagônicas: burguesia e proletariado, cuja existência

⁶³ “Uma resolução do problema da democracia requer que se encontre um local para a liberdade, para a excelência humana, para a re-emergência da virtude pública, e para a possibilidade de grandeza” (Tocqueville apud Kaldor, 2003:29).

remonta a uma organização particular da produção. A sociedade civil de Marx é a *bürgerliche Gesellschaft* que, especialmente após Hegel e sua interpretação por parte da esquerda hegeliana, passou a significar “sociedade burguesa” no sentido próprio de sociedade de classe. Tal sociedade burguesa tem por sujeito histórico a burguesia, uma classe que completou a sua emancipação política libertando-se dos vínculos do Estado absolutista e contrapondo a este Estado tradicional os direitos do homem e do cidadão que são, na verdade, os direitos que protegem os interesses particulares da classe burguesa (Bobbio, 1987a).

Para Marx, a sociedade civil seria o momento do desenvolvimento das relações econômicas que precede e determina “em última instância” o momento político. De maneira mais específica, “*o Estado, a ordem política, é o elemento subordinado, enquanto a sociedade civil, o reino das relações econômicas, é o elemento decisivo*” (Marx *apud* Bobbio, 1987b:30-31). Neste ponto é possível identificar uma semelhança entre Marx e o Iluminismo Escocês: para Marx – assim como para Ferguson e Smith –, a condição prévia para a emergência da sociedade civil se encontra na separação de uma esfera privada da produção e da troca da arena pública do Estado político. Além disso, esse domínio privado da produção seria caracterizado por uma divisão do trabalho que facilitava a troca de *commodities* entre indivíduos livres e iguais.

A sociedade civil é, para Marx, associada ao reino privado das relações entre indivíduos, ou seja, um espaço social que foi vagarosamente desvinculado tanto do universo afetivo da família quanto do domínio formal do Estado mediante o triunfo das relações capitalistas de produção na Europa:

“a sociedade civil abrange todo o intercâmbio material dos indivíduos, no interior de um fase determinada de desenvolvimento das forças produtivas. (...) A sociedade civil, como tal, desenvolve-se apenas com a burguesia” (Marx:1993:53).

Nota-se, assim, que para Marx o Estado não expressa uma superação da sociedade civil mas sim um reflexo desta. Na verdade, o Estado contém a sociedade civil a fim de conservá-la tal como ela é. Destarte, vê-se que, para Marx, a sociedade civil coincide com o momento estrutural:

*“A forma de intercâmbio, condicionada pelas forças de produção existentes em todas as fases históricas anteriores e que, por sua vez, as condiciona, é a **sociedade civil** (grifo do autor); (...) Vê-se, já aqui, que esta sociedade civil é a verdadeira fonte, o verdadeiro cenário de toda a história, e quão absurda é a*

concepção histórica anterior que, negligenciando as relações reais, limitava-se às ações altissonantes dos príncipes e dos Estados”. (Marx, 1993:53).

Em suma, como é possível notar, há uma variação muito grande no significado do termo “sociedade civil”. Na medida em que mudam os autores, mudam as épocas, mudam os contextos históricos e mudam as perspectivas políticas, o que influencia e enriquece deveras esse conceito tão relevante para a teoria política. Estes são apenas alguns dos autores clássicos que influenciaram e influenciam até os dias de hoje as discussões sobre o conceito de sociedade civil, conforme poderá ser notado a seguir.

4.3.

O conceito de sociedade civil hoje: 4 matrizes teóricas de destaque

Conforme visto acima, são vários os autores que, no decorrer da história, trabalharam e contribuíram para o desenvolvimento do conceito de sociedade civil. Embora tão distantes no tempo, estes autores continuam presentes, influenciando o pensamento de vários autores contemporâneos. De maneira geral, pode-se destacar nos dias de hoje quatro matrizes teóricas que dariam as cartas do debate, matrizes estas que serão brevemente expostas abaixo. Seriam elas: 1) matriz neotocquevilliana; 2) matriz neoliberal; 3) matriz habermasiana; 4) matriz gramsciana.

4.3.1.

Matriz neotocquevilliana

Desde que Tocqueville visitou os Estados Unidos na década de 1830, este país tem desempenhado um papel central nos estudos sistemáticos acerca da relação existente entre democracia e sociedade civil. Como já visto anteriormente, o que mais impressionou Alexis de Tocqueville foi a propensão para a associação cívica dos estadunidenses, propensão esta que seria, para Tocqueville, o fator fundamental para o funcionamento da democracia estadunidense.

“Americanos de todas as idades, de todas as posições na vida, e de todos os tipos de disposição estão sempre formando associações. Não há apenas associações comerciais ou industriais nas quais todos tomam parte, mas outras de milhares de tipos diferentes – religiosas, morais, sérias, fúteis, muito genéricas e muito limitadas, imensamente grandes e muito pequenas (...). Nada, em minha visão,

merece mais atenção do que as associações morais e intelectuais na América” (Tocqueville *apud* Putnam, 1995:66).

De acordo com esta vertente, a existência de uma sociedade civil ativa é algo fundamental para a consolidação da democracia – “*a liberdade de associação se tornou uma garantia necessária contra a tirania da maioria*” (Tocqueville *apud* Montaña, 2003:68). De maneira mais específica, a qualidade da vida pública e a performance das instituições sociais são poderosamente influenciadas pelas normas e redes de engajamento cívico – resultados satisfatórios são mais prováveis em comunidades civicamente engajadas (Chambers & Kymlicka, 2002). Na verdade, nas palavras de Putnam,

“(...) análises históricas sugerem que estas redes de reciprocidade e de solidariedade cívica organizada, longe de serem um epifenômeno da modernização sócio-econômica, foram uma condição prévia para isto” (Putnam, 1995:66).

Um conceito utilizado para entender esse fenômeno é o de capital social: fazendo uma analogia com as noções de capital físico e capital humano, o conceito de capital social se refere a aspectos da organização social tais como redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação para o benefício mútuo. Assim, para os autores vinculados a esta vertente seriam três os pontos positivos de uma sociedade com grande estoque de capital social. Em primeiro lugar, redes de engajamento cívico promovem normas fortes de reciprocidade generalizada e encorajam a emergência da confiança social. Tais redes facilitam a coordenação e a comunicação, amplificam as reputações e, desta maneira, colaboram para a resolução dos problemas de ação coletiva. Quando as negociações política e econômica estão incrustadas em densas redes de interação social, incentivos para o oportunismo são reduzidos. Em segundo lugar, as redes de engajamento cívico incorporam sucessos passados de colaboração que podem servir como bases para colaborações futuras. Por fim, em terceiro lugar densas redes de interação provavelmente ampliam o sentido de *self* do participante, contribuindo para que o “eu” se transforme em “nós” ou, na linguagem dos teóricos da escolha racional, aumentando o “gosto” dos participantes por bens coletivos (Putnam, 1995).

Em especial, no que diz respeito aos países que faziam parte do antigo bloco comunista, lamenta-se a falta de uma tradição de engajamento cívico independente e a tendência muito difundida de confiança passiva no Estado. Para

tais autores, as democracias ocidentais – e principalmente os Estados Unidos – eram tomadas como exemplos a serem seguidos. Contudo, como aponta Robert D. Putnam, seria possível notar nas últimas décadas um declínio da pujança da sociedade civil estadunidense, uma queda no estoque de capital social. Essa queda se evidenciaria, por exemplo, no declínio da participação nas eleições nacionais – a despeito do aumento do nível de escolaridade; na queda do número de afiliações religiosas; no declínio do número de afiliações sindicais; e no declínio da membresia em organizações fraternas e cívicas voluntárias. Uma evidência desse desengajamento social nos Estados Unidos nos dias de hoje é o fato de que os estadunidenses estão cada vez mais jogando boliche sozinhos⁶⁴. Em outras palavras, “*o capital social estadunidense na forma de associações cívicas tem se desgastado na última geração*” (Putnam, 1995:73).

Em suma, pode-se dizer que, para os neotocquevillianos, a força e a estabilidade das democracias liberais depende, necessariamente, de uma esfera de participação associacional ativa e pujante. Neste sentido, tais autores concebem a sociedade civil como um local habitado por organizações de associação livre, da qual o cidadão possa participar de acordo com o seus interesses privados, vinculando-se com outros por intermédio da ajuda mútua. A sociedade civil é vista de uma forma “espontaneísta”, na qual grupos e associações voluntárias afloram. Além disso, ela também é vista de uma maneira deveras positiva na medida em que é composta por associações voluntárias e livres que contribuem para a estabilidade da democracia liberal.

4.3.2. Matriz neoliberal

De certa maneira vinculada à matriz neotocquevilliana na medida em que incorpora em sua análise muitos dos elementos desenvolvidos por estes teóricos (Montaño, 2003:63-76)⁶⁵, nota-se também a existência de uma visão mais pró-*establishment*, na qual a sociedade civil é considerada de uma maneira mais passiva, menos como uma esfera contraposta ao Estado e ao capitalismo e mais como um complemento ou mesmo um substituto para o Estado e o mercado. Esta

⁶⁴ Daí o título do famoso artigo de Putnam: “Bowling alone: America’s declining social capital”. Ver Putnam, 1995.

seria a visão neoliberal de sociedade civil. Sociedade civil, neste sentido, é o reino entre o Estado, o mercado e a família; não é o reino da luta e da emancipação, mas sim o reino da estabilidade, da provisão, da confiança e da responsabilidade social. Termos como organizações sem fins lucrativos ou organizações não-governamentais são usados para descrever os atores da sociedade civil. Um sinônimo para o conceito de sociedade civil usado por esta matriz teórica é o conceito de Terceiro Setor⁶⁵, que permeia os relatórios e informes emitidos pelas instituições internacionais (Banco Mundial, OMC e FMI, por exemplo). Neste ponto, cumpre destacar que, de acordo com o Banco Mundial,

“a constituição de capital social e o surgimento de uma sociedade civil forte são os ingredientes essenciais para a consecução do desenvolvimento sustentável a longo prazo (...)” (Banco Mundial apud Garrison, 2000:18-19).

Tal matriz teórica parte de uma concepção limitada de bem-estar, segundo a qual este pertence ao âmbito privado, ou seja, as famílias, a comunidade, as instituições religiosas e filantrópicas devem se responsabilizar por ele, buscando assim tecer uma “rede de solidariedade” que seja capaz de proteger os mais pobres. Por trás dessa concepção se encontra uma estratégia substitutiva, de descentralização e privatização dos serviços públicos. Desta forma, os governos nacionais se desobrigam totalmente da responsabilidade pela implementação de programas sociais, delegando-se assim aos governos locais em parceria com as ONGs ou outras organizações sociais tal responsabilidade. Neste sentido, a sociedade civil diria respeito

“ao vasto setor não-governamental, formado por associações comunitárias, movimentos sociais, ONGs, entidades beneficentes, associações profissionais, igrejas e fundações de empresas” (Garrison, 2000:13).

Nota-se, assim, uma conversão do Estado como “público” e de tudo que é não-estatal – mercado e sociedade civil – como “privado” e uma separação desses espaços como esferas autônomas. Todavia, tal oposição seria resolvida com o surgimento de um “novo setor”, “público porém privado”, que passaria a absorver cada vez mais a dita questão social. Desta forma, identificando o Estado com o

⁶⁵ Vide, por exemplo, a difusão das idéias de Robert D. Putnam sobre “capital social” dentre os autores vinculados à matriz neoliberal (Kaldor, 2003:22).

⁶⁶ Em contraposição ao Primeiro Setor – o Estado ineficiente e burocrático – e ao Segundo Setor – o Mercado, orientado pela busca do lucro –, o Terceiro Setor corresponderia às associações

Primeiro Setor e o mercado com o Segundo Setor, essa matriz teórica adiciona uma área de interseção que desempenharia funções públicas a partir de espaços e iniciativas privadas.

Dito isto, pode-se afirmar que, dos pressupostos sobre os quais se baseia tal matriz, destacam-se os seguintes: separação e autonomização entre Estado, mercado e sociedade civil – que se converte em Terceiro Setor –, confusão entre público e privado; equiparação entre “Estado” e “governo”; identificação de ONG com movimento social; construção de parcerias com o Estado; complexa e heterogênea multipolarização supraclassista da nova questão social; crise fiscal do Estado.

Firmados em tais pressupostos, os autores vinculados a essa matriz teórica apresentam as seguintes promessas que poderiam ser cumpridas pelo Terceiro Setor: o Terceiro Setor reforçaria a sociedade civil, diminuindo o poder estatal e sua ingerência na esfera privada; criaria um espaço alternativo de produção e consumo de bens e serviços; propiciaria o desenvolvimento democrático; estimularia os laços de solidariedade local e voluntária; compensaria as políticas sociais abandonadas pelo Estado; constituiria uma fonte alternativa de emprego (Montaño, 2002:134-177).

Em suma, o fortalecimento da sociedade civil e de sua atuação no âmbito do desenvolvimento social seria, para esta matriz teórica, o caminho correto e necessário para que se possa combater de maneira eficiente a injustiça e a exclusão⁶⁷. Isso se deve ao fato de que a ação do terceiro setor no enfrentamento dessas questões “*oferece modelos de trabalho que representam modos mais eficazes de resolver problemas sociais*” (Cardoso, 1997:10). Ora, tal afirmação parece resumir o que seria a matriz neoliberal, com sua ênfase na ineficiência intrínseca à esfera estatal. Esta, burocrática e intrinsecamente ineficiente e incompetente para gerir as questões de cunho social, é satanizada por esta matriz teórica que, como solução, exalta as virtudes da “sociedade civil” na promoção do desenvolvimento social.

comunitárias, ONGs, movimentos sociais, fundações, etc. – o setor privado sem fins lucrativos, o público não-estatal ou o público porém privado.

⁶⁷ Tal concepção da sociedade civil se assemelha em muito à concepção da “Terceira Via” – “*A promoção de uma sociedade civil ativa é uma parte básica da política da terceira via. (...) Estado*

4.3.3. Matriz habermasiana

Habermas desenvolveu sua teoria da ação comunicativa como uma espécie de correção à tradição marxista que via o trabalho como a força motora da evolução social. Para Habermas, essa ênfase no trabalho teria produzido uma visão estreita das dinâmicas sociais que deixaria de fora o que ele chamou de “mundo da vida”⁶⁸. Neste sentido, os homens não apenas transformariam o mundo externo/natural através do trabalho mas também, geração após geração, o mundo interno/sócio-cultural através da interação simbólica ou da comunicação. Ou seja, contrariamente a Marx e Lukács, para Habermas a categoria que propicia o salto ontológico do ser orgânico (que “re-produz o mesmo”) para o ser social (que “produz o novo”) não seria o trabalho mas a linguagem, que produz não mais valores de uso e sim consensos a partir do agir comunicativo (Montaño, 2003).

O mundo da vida é o pano de fundo de toda a interação social; é o lugar transcendental – fundante, não fundado – onde se desenvolve a intersubjetividade, constitutiva do ser social. Ele contém as interpretações acumuladas das gerações passadas e é feita de significados. É transmitida, alterada e reproduzida via comunicação, sendo a linguagem e a cultura – e não o trabalho – seus aspectos basilares (Chambers, 2002; Arato & Cohen, 1994).

No tocante à questão da sociedade civil, nota-se que Andrew Arato e Jean Cohen propuseram um conceito habermasiano de sociedade civil. De acordo com estes autores, “*Habermas não nos oferece uma teoria da sociedade civil (mas (...) nos fornece os meios para defender a nossa teoria da sociedade civil*” (Arato & Cohen, 1994:151). Destarte, eles se apropriaram da análise habermasiana acerca da diferenciação entre sistema e mundo da vida com o objetivo de estabelecer uma identidade entre o processo de defesa do mundo da vida e a idéia de movimentos da sociedade civil⁶⁹.

e sociedade civil deveriam agir em parceria, cada um para facilitar a ação do outro (...)” (Giddens, 1999:88, 89). Para maiores detalhes, ver Giddens, 1999:88-96.

⁶⁸ De acordo com Chambers, o conceito habermasiano de mundo da vida tem suas origens na fenomenologia e, em especial, nos trabalhos de Husserl. Para maiores detalhes, ver Chambers, 2002.

⁶⁹ É importante destacar também que tal matriz teórica é muito influenciada pelos “novos movimentos sociais”, ou seja, pelos movimentos sociais do Leste Europeu e da América Latina que “recuperaram” o conceito de sociedade civil nos anos 1980. Ver, por exemplo, Avritzer, 1994:35 e Arato & Cohen, 1994:149.

Neste sentido, estes autores propõem duas modificações importantes, uma no conceito de sociedade civil e outra no instrumental analítico habermasiano. Em primeiro lugar, no tocante ao conceito de sociedade civil, eles propõem uma transformação estrutural, de acordo com a qual este se liga com movimentos sociais e instituições que podem se localizar tanto na esfera privada quanto na pública e ter como objetivo deter ações do mercado e do Estado nos pontos de contato entre estes e a sociedade civil. Desta forma, é possível notar aqui um distanciamento das visões dicotômicas da sociedade civil e a inserção desta no interior de uma sociabilidade multidiferenciada, capaz de gerar movimentos cuja unidade residiria na sua forma interativa de organização. Em segundo lugar, no tocante ao instrumental analítico habermasiano, a introdução do conceito de sociedade civil permite a criação de novas formas de mediação entre os subsistemas e o mundo da vida, por intermédio da constituição de formas institucionais permanentes de limitação do mercado e do Estado; tais instituições penetrariam os subsistemas com objetivos autolimitados.

Dito isto, nota-se haver uma diferença entre tais autores e Habermas, diferença esta que reside no seguinte fato:

“Habermas na Teoria da Ação Comunicativa só consegue pensar em táticas defensivas do mundo da vida em relação ao sistema, ao passo que Cohen e Arato tentam constituir a sociedade política e econômica enquanto um instrumento ofensivo da sociedade civil contra a sua própria colonização pelo sistema” (Avritzer, 1994:39).

A sociedade civil seria, assim, o mundo da vida conforme este é expresso nas instituições. Ou seja, a sociedade civil incluiria, assim, todas as instituições e formas associacionais que requerem interação comunicativa para sua reprodução e que confiam primariamente em processos de integração social para ação coordenada dentro de suas fronteiras. Desta forma, é possível perceber que o que proporciona as relações na sociedade civil é a comunicação, e a sociedade civil é autônoma quando suas atividades são governadas por normas que são tiradas do mundo da vida e reproduzidas e reformuladas através da comunicação. Com a natureza comunicativa como aspecto definidor da sociedade civil, fica mais fácil ver como a economia e o Estado podem ser excluídos.

Cumpra ainda destacar o fato de que, conforme pode ser visto no que foi dito acima, Cohen e Arato reabilitam o conceito hegeliano de sociedade civil⁷⁰. Para estes autores, a autoridade das comunidades locais e daquilo que era chamado de corporações (guildas ou associações) na sociedade civil são considerados como sendo as barreiras contra a intrusão de caprichos subjetivos no poder confiado ao servo civil. A sociedade civil era a arena na qual o indivíduo era socializado; através do trabalho com outros dentro das instituições da sociedade civil, o indivíduo se torna consciente dos “fins universais”. Nas palavras dos autores,

“Como Montesquieu antes dele e Tocqueville depois, (Hegel) buscou um nível intermediário de poder entre o indivíduo e o Estado: ele temia a impotência de sujeitos atomizados e procurou um controle da arbitrariedade potencial da burocracia estatal” (Cohen & Arato, 2000:135).

Em suma, Arato e Cohen vêem a sociedade civil como um projeto emancipatório contemporâneo. A sociedade civil seria uma forma de ação comunicativa habermasiana – isto é, um processo de deliberação através do qual os indivíduos podem estabelecer a validade de reivindicações morais. Assim, o formalismo kantiano é suplantado por um procedimento deliberativo que é realizado através da realidade da discordância e do debate público que é experimentado na sociedade civil. A sociedade civil seria assim uma forma de refrear o que Habermas chama de “colonização do mundo da vida”.

4.3.4. Matriz gramsciana

Conforme já adiantado previamente, de certa forma complementar à análise marxiana da relação entre capital e trabalho está a crítica de Marx ao Estado moderno. Para este autor, tal forma de Estado tem como sustentáculo a objetificação efetuada pelo sistema capitalista – segundo a qual a política é abstraída da vida material real – e a dominação implícita da política pela classe que controla a vida material (Wood, 2001).

O capitalismo, na medida em que se trata de um sistema centrado na comodificação e na alienação do trabalho e, neste sentido, na propriedade privada dos meios de produção e de apropriação do seu produto, pressupõe a criação de um espaço social no qual o direito do indivíduo em adquirir e alienar uma

⁷⁰ Para maiores detalhes, ver Arato, 1994.

propriedade pode existir, um espaço no qual capital e trabalho possam se encontrar na condição de compradores e vendedores de mercadorias. A criação de tal espaço requer um desenvolvimento histórico no qual a fusão entre política e economia é desfeita. Por um lado, a emergência do capitalismo envolveu a criação histórica de uma esfera “privada” na qual os indivíduos poderiam ser entendidos em abstração, separados da sociedade na qual eles na realidade se encontram incrustados, e assim são capazes de conceber e buscar seus próprios interesses econômicos egoístas. Seguindo Hegel, Marx chama esta esfera de indivíduos egoístas aparentemente isolados de *bürgerliche Gesellschaft*, sociedade civil.

A economia aqui é situada dentro do reino individualista da sociedade civil. Correspondendo a esta esfera “privada” há uma esfera “pública” na qual a vida comunal dos indivíduos abstratos do capitalismo pode ser expressa. É interessante notar que o mesmo processo de abstração que separou o indivíduo e sua propriedade privada da comunidade, e criou desta forma a sociedade civil como um espaço social inteligível, também gerou a possibilidade de um espaço comunal distinto da sociedade civil. O Estado político moderno se distingue precisamente devido à sua construção histórica dentro dessa esfera pública. É neste sentido que se pode afirmar, assim como Derek Sayer, que “*a formação do Estado político e a despolíticação da sociedade civil são dois lados da mesma moeda*” (Sayer *apud* Rupert, 1995:23). O Estado é, assim, internamente vinculado à relação classista da produção no âmbito da sociedade civil: são aspectos complementares da mesma realidade social histórica.

Conforme visto anteriormente, Gramsci, por sua vez, desenvolve sua perspectiva marxista a partir da crítica às correntes idealistas presentes na filosofia italiana e às interpretações economicistas, positivistas e mecânicas do marxismo que eram correntes no movimento socialista no início do século XX. Assim, preocupado com a unificação entre teoria e prática, Gramsci reconstruiu a ontologia social de Marx a fim de desenvolver um entendimento da ação política revolucionária no capitalismo avançado do século XX. Parte integral de tal projeto era uma perspectiva dual da política social que incorporava Estado e sociedade, formas coercitivas e consensuais de poder e aspectos culturais e militares de luta⁷¹.

⁷¹ Seria possível identificar uma perspectiva marxista distinta da gramsciana denominada por alguns de “marxismo político”. De certa maneira enfatizando a já apresentada concepção marxista

Caso fosse possível resumir o problema que Gramsci busca resolver em uma pergunta, tal pergunta se assemelharia à seguinte:

“Por que, apesar da crise econômica aguda e da situação aparentemente revolucionária que existia em boa parte da Europa Ocidental ao longo de todo o primeiro pós-guerra, não foi possível repetir ali, com êxito, a vitoriosa experiência dos bolcheviques na Rússia?” (Coutinho, 1981:65).

Assim, a partir da reflexão acerca da experiência bolchevique Gramsci chega à conclusão de que as circunstâncias da Europa ocidental eram muito diferentes das condições da Rússia. Em especial, a Rússia e a Europa ocidental eram bastante distintas no que diz respeito à força relativa tanto do Estado quanto da sociedade civil⁷². De maneira específica, na Rússia o aparato administrativo e coercitivo do Estado era formidável mas vulnerável, enquanto a sociedade civil se encontrava em um estado de subdesenvolvimento, o que permitiu que uma classe trabalhadora relativamente pequena fosse capaz de tomar o poder sem encontrar uma resistência efetiva por parte do restante da sociedade civil⁷³. Por outro lado, havia na Europa ocidental uma sociedade civil muito mais desenvolvida sob o domínio da burguesia, o que dificultava em muito a possibilidade de uma tomada do poder mediante um levante revolucionário. Nas palavras de Gramsci,

“A mesma transformação (que ocorreu na arte militar) deve ocorrer na arte e na ciência política, pelo menos no que se refere aos Estados mais avançados, onde a ‘sociedade civil’ tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às ‘irrupções’ catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna. (...) O último fato deste gênero na história da política foram os acontecimentos de 1917. Eles assinalaram uma reviravolta decisiva na história da arte e da ciência da política” (Gramsci, 2002b:73).

Nota-se aqui que Gramsci busca mostrar, através do uso das analogias militares de guerra de posição e guerra de movimento, as diferenças circunstanciais e estratégicas entre cada uma. A hegemonia realiza-se no âmbito da sociedade civil, ou seja, é neste conceito, entendido como esfera de mediação

clássica acerca da sociedade civil, tal perspectiva é deveras cética acerca da possibilidade de se buscar a emancipação através da luta no âmbito da sociedade civil uma vez que esta manteria sua identidade original com a ordem burguesa. Para maiores detalhes, ver Wood, 2001.

⁷² Coutinho (fazendo alusão a Gerratana) afirma que “(...) quando Gramsci verte o termo marxiano *‘bürgerliche Gesellschaft’* (grifo do autor), usa a expressão *‘sociedade burguesa’* e não o consagrado termo *‘sociedade civil’*, indicando com isso, provavelmente, a percepção de que seu próprio conceito de *‘sociedade civil’* tinha uma acepção diversa daquela que possuía em Marx” (Coutinho, 2004:10).

entre a infra-estrutura econômica e o Estado em seu sentido restrito, que se encontra materialmente a figura social da hegemonia. Neste sentido, uma guerra de movimento – ou seja, uma estratégia insurrecional – não lograria êxito nos Estados da Europa ocidental. A estratégia alternativa seria então uma guerra de posições que, vagarosamente, constrói os fundamentos sociais de um novo Estado. Destarte, na Europa ocidental a luta deveria ser ganha primeiro no âmbito da sociedade civil antes que um assalto ao Estado possa lograr êxito.

Mas em que consiste a sociedade civil para Gramsci? De maneira mais específica, a sociedade civil é “*o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’ (...)*” (Gramsci, 2001b:20), formada pelas organizações responsáveis tanto pela elaboração quanto pela difusão das ideologias, compreendendo assim o sistema escolar, as igrejas, os sindicatos, os partidos políticos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (que se dá pelos jornais, revistas, editoras, meios de comunicação de massa), etc. Em suma, os ditos “aparelhos privados de hegemonia”⁷⁴ – organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política (Gramsci, 2004:112). Tal sociedade civil é considerada uma das esferas principais do Estado visto em seu sentido ampliado; a outra seria a sociedade política: o conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executivas e policial-militar.

Tal distinção entre sociedade política e sociedade civil é de ordem metodológica e não orgânica, uma vez que sociedade civil e Estado se confundem na realidade concreta (Liguori, 2003; Macciocchi, 1976). Contudo, conforme afirma Coutinho (Coutinho, 1981), tal distinção se justifica por duas razões: em primeiro lugar, porque há uma diferença na função que ambas as esferas exercem na organização da vida social, na articulação e na reprodução das relações de poder. Embora ambas sirvam para conservar ou promover uma determinada base econômica, o modo como se dá tal conservação/promoção varia; no âmbito e através da sociedade civil as classes buscam exercer sua hegemonia através de

⁷³ Assim, vê-se que a definição ampliada de Estado (Estado = força + hegemonia; coerção + consenso) depende do desenvolvimento da sociedade civil.

⁷⁴ Cumpre ressaltar que a inclusão e a relevância de tais “aparelhos” não se dá em função de seu caráter voluntário – como poderiam enfatizar os autores da vertente neotocquevilleana – mas sim

direção política e consenso. Já no tocante à sociedade política as classes exercem uma dominação mediante a coerção. Isso aponta para a novidade introduzida por Gramsci, a saber, a concessão de uma base material própria, de um espaço autônomo e específico de manifestação para a hegemonia enquanto figura social.

Em segundo lugar – e ligado à primeira razão –, tais esferas se distinguem por possuírem uma materialidade social própria. Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos do Estado, os portadores materiais da sociedade civil são os “aparelhos privados de hegemonia”. A esfera ideológica ganha assim, nas sociedades capitalistas avançadas, uma autonomia material em relação ao Estado em seu sentido restrito. Em suma, a necessidade de conquistar o consenso como base para a dominação criou objetivações reais que passam a funcionar como portadores materiais específicos das relações sociais de hegemonia. Nas palavras de Coutinho,

“é essa independência material (...) que funda ontologicamente a sociedade civil como uma esfera própria, dotada de legalidade própria, e que funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado-coerção” (Coutinho, 1981:93).

Nota-se assim que, ao contrário de Marx que não fazia distinções entre a sociedade civil e a estrutura econômica (Montaño, 2002), Gramsci efetua tal distinção. Na verdade, como bem afirmou Bobbio, *“a sociedade civil, em Gramsci, não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura”* (Bobbio, 1987b:32). Contudo, inferir daí que há uma primazia do político sobre o econômico, da superestrutura sobre a estrutura por parte de Gramsci é um equívoco. O que ocorre é um equívoco por parte de Bobbio na medida em que este supõe que, por Marx considerar a sociedade civil como o fator ontologicamente primário na explicação da história, Gramsci também o faça, retirando assim da infra-estrutura sua centralidade ontológica. Contudo, como já visto anteriormente, Gramsci não nega, em absoluto, que *“a produção e reprodução da vida material (...) é o fator ontologicamente primário na explicação da história”* (Coutinho, 1981:88)⁷⁵.

Em suma, a contribuição teórica de Gramsci é deveras significativa na medida em que este distingue no interior do Estado – embora no Estado o

devido ao seu papel na reprodução das idéias necessárias para a manutenção da estabilidade (Chambers, 2002).

momento da força e do consenso estejam dialeticamente unidos – um nível superestrutural, a hegemonia, através do qual o Estado de classe exerce sua direção e mantém sua liderança ideológica sobre a sociedade civil. A distinção entre sociedade civil e sociedade política não é apenas uma distinção metodológica entre dois níveis da superestrutura, mas sim um ponto de extrema originalidade e enriquecimento teórico para a teoria marxista do Estado. Tal distinção põe em evidência a complexidade, a articulação e a relativa independência, com relação à base econômica, das instituições, das organizações, das formas da consciência e da ideologia através das quais é expresso o poder de uma classe, além de servir para explicar a relação dialética entre coerção e consenso, ditadura e hegemonia, que serve de base e expressão para o poder de uma classe.

4.4.

Conclusão: Prós e contras das matrizes teóricas contemporâneas

Conforme visto acima, umas das marcas do conceito de sociedade civil é sua diversidade de significados, diversidade esta que se mantém até os dias de hoje. O próprio fato de tais matrizes teóricas encontrarem legitimidade no mundo contemporâneo faz com que haja muitas vezes – principalmente quando estas são traduzidas em ação política – uma certa confusão e uma interpenetração entre tais matrizes. Assim, no processo de distinção das ações estaria o diverso modo de pensar o Estado e de conceber a relação com o governar, bem como o modo de lidar com as tensões entre luta social e luta institucional (Nogueira, 2003). Neste sentido, devido a essa diversidade e ao fato da presente dissertação partir do referencial teórico gramsciano, cumpre necessário a exposição de alguns dos pontos positivos e negativos de cada uma das matrizes teóricas supracitadas em comparação à perspectiva gramsciana. Isso não implica apenas a crítica e a desconsideração de tais matrizes; na verdade, há a necessidade de dialogar com as perspectivas/matrizes diversas e ver não somente suas fraquezas e lacunas mas também as contribuições que cada uma pode dar ao entendimento da realidade.

No tocante à matriz neotocquevilliana, deve-se destacar a importância dada por esta ao associativismo. Isso é de veras importante dado o fato da

⁷⁵ Para uma crítica mais detalhada do argumento de Bobbio, ver Coutinho, 1981:87-90.

mobilização social e da subjetividade serem condições *sine qua non* para a transformação da realidade. Ou seja, fugindo do determinismo econômico por um lado e, por outro, tendo o devido cuidado para não se cair no espontaneísmo, é importante enfatizar o papel do sujeito na feitura da história. Contudo, a despeito de tal ponto positivo, é possível perceber que o conceito de sociedade civil dos autores vinculados a essa matriz, baseado na participação cidadã em associações livres, supraclassistas, nada tem da busca pela emancipação social. Pelo contrário, seu projeto concebe tal participação associativa dos populares como uma forma tranquila e racional de convivência pacífica com a autoridade instituída no Estado. Destarte, nota-se assim que, a partir dessa matriz teórica, as associações livres, mais do que uma forma de ampliar o poder popular dos oprimidos e explorados, são uma forma de conter as insatisfações destes e pulverizar a participação e lutas sociais, retirando o caráter transformador e classista destas e transformando-as em atividades defensoras dos interesses específicos de pequenos grupos. Ou seja, trata-se em última instância de um projeto conservador.

Em segundo lugar, no tocante à matriz neoliberal, cumpre destacar de início que, por ser uma leitura muito baseada tanto na visão neotocquevilliana quanto na habermasiana, muitas das críticas aqui levantadas podem, de uma forma ou de outra, ser feitas a estas matrizes também. Assim, embora esta também tenha o mérito de destacar a importância do sujeito, esta identificação da sociedade civil com todas as atividades sociais que escapam do controle do Estado empobrece o conceito devido ao fato de um dos poderes conceituais de “sociedade civil” repousar precisamente no fato desta ser uma arena da vida social distinta do Estado mas simultaneamente em complexa interação com este. Além disso, “Terceiro Setor” não é um termo neutro; na verdade, tem nacionalidade clara. É de procedência estadunidense, contexto onde associativismo e voluntarismo fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal. Todavia, não possui apenas nacionalidade, mas também e, fundamentalmente, procedência – e funcionalidade com os interesses de classe. Surge como conceito cunhado, nos EUA, em 1978, por John D. Rockefeller III⁷⁶. Em suma, pode-se afirmar que o

⁷⁶ Nas palavras de Rockefeller, “*Nós, americanos, sempre nos orgulhamos da vitalidade de nosso país. No entanto, freqüentemente deixamos de reconhecer uma das principais razões da nossa vitalidade: o fato de que desenvolvemos, no decorrer dos mais de dois séculos de nossa existência, um notável sistema de três setores. Dois setores são instantaneamente reconhecíveis para todos: o mercado e o governo. Mas o terceiro é tão negligenciado e tão pouco compreendido, que fico*

conceito de terceiro setor foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias às classes dominantes (Montaño, 2002).

A matriz teórica habermasiana, por entender a contribuição e o ganho dos movimentos sociais em termos da institucionalização dos direitos (Arato & Cohen, 1994:176), dá uma importante contribuição teórica na medida em que identifica a relevância desses movimentos para além da sua mera existência e manifestação. Na verdade, de certa forma há o reconhecimento da relevância destes no processo dialético de feitura da história bem como das conquistas históricas dos setores mais marginalizados expressas na efetivação das demandas de tais movimentos. Ainda, mesmo que de maneira limitada, contribuem na medida em que enfatizam a importância do processo de democratização.

Por outro lado, a despeito de tais contribuições, nota-se que, de maneira paradoxal, tal matriz teórica termina por compactuar, em certa medida, com tendências conservadoras/neoliberais como, por exemplo, a retração do Estado e o desprezo pelas instituições do sistema político (Lavalle, 1999). Além disso, é possível perceber também que toda a discussão dessa matriz teórica parte do princípio de não-questionamento do Estado e do mercado. Na verdade, Arato e Cohen defendem a “*continuação reflexiva do Estado de bem-estar social*” (Arato & Cohen, 1994:181), o que indica que a sociedade civil, como esfera que vai para além da dicotomia Estado-mercado (Avritzer, 1994), apenas influenciaria estas duas esferas sem contudo buscar a sua transformação/superação.

Em suma: como pensar que a hegemonia estatal não é uma expressão da hegemonia social, portanto, dando a direção da sociedade como um todo? Como ignorar o antagonismo de classes, operando uma substituição da contradição capital/trabalho pela suposta contradição Estado/sociedade civil? Assim, nota-se que em ambas as matrizes neotocquevilleana, neoliberal e habermasiana há uma naturalização da realidade que se delinea no contexto atual, perpetuando-a e se resignando a ela como um dado da realidade imodificável. Não se imagina, assim, a possibilidade real da superação do capitalismo, aceitando-se, portanto, o sistema do capital e procurando apenas melhorá-lo. Não se luta, assim, pela transformação do poder estatal e/ou do mercado, uma vez que estes são tidos como inatingíveis;

tentado a chamá-lo de ‘setor invisível’. O terceiro setor é o setor privado sem fins lucrativos” (Rockefeller apud Montaño, 2002:53).

o que se busca é o poder que está ao alcance do subalterno, do cidadão comum, o “micropoder” foucaultiano, criado nas associações e organizações comunitárias. Portanto, luta-se dentro da – e reforçando a – ordem capitalista. Isso aponta para a necessidade de uma perspectiva distinta que busque não apenas entender a realidade mas também transformá-la; daí a superioridade não apenas explicativa mas também política da leitura gramsciana da sociedade civil.